**REQUERIMENTO**

Apresento à Mesa, ouvindo o Douto Plenário, **REQUERIMENTO AO EXMO. SENHOR PREFEITO**, Sr. José LuisRici, para que informe a esta Casa as seguintes informações sobre a fiscalização do funcionamento do comércio, indústrias, prestação de serviços e atividades afins:

1. Qual o setor responsável pela fiscalização do comércio, indústria e prestação de serviço de nossa municipalidade? Quantos funcionários ocupam tal setor? Quais seus nomes, formas de provimento e respectivos salários?**[[1]](#footnote-2)**
2. Quantos aos Fiscais de Posturas, quais suas principais atribuições? Dentre elas insere-se em seu respectivo poder de polícia a suspensão de atividades comerciais e apreensão de mercadorias?
3. Nos últimos quatro anos, quais estabelecimentos comerciais ou industriais foram multados, suspensos ou fechados por decisão administrativa? Quando multados, em qual setor da Administração Pública foram utilizados os valores arrecadados? Quais foram os motivos para tal decisão? Quais normas fundamentaram a decisão administrativa? Quem foram os responsáveis por tais procedimentos? **Houve concordância do Prefeito Municipal em tais atos administrativos?[[2]](#footnote-3)**
4. Quanto à Questão 03,no que concerne a sanções administrativas imputadas aos particulares, houve direito ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal administrativo, oferecidos ao responsável do respectivo estabelecimento sancionado?
5. Nos últimos quatro anos ocorreram apreensões de mercadorias? Onde estão armazenadas as mesmas? Quem é o responsável pela segurança dos bens apreendidos? Qual a destinação dos bens quando não devolvidos aosparticulares?**[[3]](#footnote-4)**
6. Quando observado ilícito civil ou penal, por parte do particular, nas diligências administrativas realizadas pelos Fiscais de Posturas, quais atitudes foram tomadas?**[[4]](#footnote-5)**
7. Em algum momento, a Administração Pública verificou irregularidades na atuação dos Agentes Fiscais de Posturas ou outras pessoas envolvidas na fiscalização municipal, tais como: atuações com excesso de poder ou desvio de finalidade?Caso positivo, que atitudes foram tomadas para sanar tais abusos e irregularidades?**[[5]](#footnote-6)**
8. O Executivo Municipal faz levantamento periódico quanto à concessão, suspensão ou cassação delicenciamentos (alvarás) de funcionamento dos estabelecimentos comerciais ou industriais? No momento, quantos estabelecimentos estão nas respectivas situações (funcionando, suspenso ou cassado)?**[[6]](#footnote-7)**
9. Percebe-se que as atribuições, descrições e requisitos dos empregos do quadro de pessoal permanente são definidos por ato unilateral do Executivo, inclusive dos responsáveis pela fiscalização municipal. Portanto, há intenção do Executivo enviar Projeto de Lei Municipal regulamentado determinada situação? Caso positivo, em que momento?

**Justificativa**

Sabiamente a Constituição Federal, em seu artigo 1º eleva a Livre Iniciativa a princípio fundamental, norteando os valores sociais do trabalho, tendo por finalidade assegurar a todos brasileiros uma existência digna jungida a justiça social.

Pois bem, conforme determinam a Constituição Federal em seu art. 31 e a Lei Orgânica de Barra Bonita/SP, no art. 49; venho exercer o Controle Externo, mediante questões e requisições supracitadas neste requerimento.

É certo que a cada dia a população clama por uma menor intervenção do Estado nas relações privadas comerciais, inclusive no que diz respeito ao direito de propriedade, pois que muitas vezes, tais intervenções são ilegais e abusivas contra os cidadãos.

Não nego, é claro, a necessidade de o Estado promover o Bem-Estar Social, mas para tanto a atuação da Administração Pública tem que ser transparente sempre baseada na legalidade.

Por sua vez, a Administração Pública, dotada de Poder de Polícia, utiliza-se deste poder de maneira arbitrária, não atendendo os princípios basilares constitucionais, para tanto, junto com meus pares, vereadores e cidadãos, necessitamos obter informações a respeito da fiscalização municipal.

Assim, qualquer medida que viselimitar os direitos dos cidadãos em seu cotidiano tem que ser minuciosamente verificada, não menos, é a função deste vereador.

Destarte, esclareço que este Requerimento tem o objetivo de informar os munícipes, trazendo, portanto, melhoras aos agentes envolvidos.

Sala das Sessões, 31 de Janeiro de 2.017.

**EDSON SOUZA DE JESUS**

**Vereador**

1. Para tal informação, enviar à Câmara Municipal o organograma funcional completo, no qual constam números de cargos vagos e ocupados, salários, forma de provimento, atribuições esalários dos funcionários inseridos no respectivo quadro funcional, dentre outras informações inerentes ao assunto. [↑](#footnote-ref-2)
2. Enviar à Câmara Municipal cópias de todo procedimento legal administrativo no que concerne aos atos e fatos ocorridos, inclusive documentação que comprove a aplicação de multas e a respectiva aplicação dos valores arrecadados. [↑](#footnote-ref-3)
3. Enviar à Câmara Municipal relação detalhada de bens apreendidos, (se possível imagens dos bens e seus respectivos locais de armazenagem); caso tenha havido descarte de tais bens, demonstrar a forma em que fora feita, inclusive o laudo técnico para sua realização. [↑](#footnote-ref-4)
4. Enviar à Câmara Municipal cópias de documentais hábeis a comprovar a regularidade das diligências administrativas tomadas. [↑](#footnote-ref-5)
5. Enviar cópias de sindicâncias e processos administrativos, tanto aqueles que estiverem em andamento, quanto os findos. [↑](#footnote-ref-6)
6. Enviar cópias de todos os documentos relativos à situação funcional dos estabelecimentos comerciais e industriais, inclusive a quantidade dos mesmos que se encontram em pleno funcionamento ou de alguma forma suspensa ou cassada suas atividades por parte da Administração Pública. [↑](#footnote-ref-7)